Título XXI – A TUTELA JURISDICIONAL NO PROCESSO CIVIL DE CONHECIMENTO

Capítulo LXXIV – A TUTELA JURISDICIONAL NA DECISÃO DE MÉRITO

1.064. sentença ou decisão de mérito. 1.065. sentenças e decisões interlocutórias de mérito – *uma disciplina geral das decisões de mérito*. 1.066. a tutela jurisdicional no processo civil de conhecimento. 1.067. momentos adequados para o julgamento do mérito. 1.068. estrutura lógico-substancial das decisões de mérito. 1.069. a motivação das sentenças ou decisões interlocutórias de mérito (*supra*, n. 131). 1.070. pressupostos da sentença de mérito e a extinção do processo civil (*supra*, nn. 1.001 ss.). 1.071. consumação da jurisdição e exaurimento da competência (art. 494). 1.072. o exaurimento da competência e as decisões interlocutórias de mérito (art. 356). 1.073. demanda, decisão e tutela jurisdicional (*supra*, n. 50). 1.074. espécies de “ações”. 1.075. graus de intensidade da tutela jurisdicional mediante as diversas espécies de decisões de mérito. 1.076. a eficácia natural das decisões de mérito (Liebman). 1.077. efeitos secundários das decisões de mérito. 1.078. os efeitos da sentença e os terceiros (*supra*, n. 679). 1.079. efeitos reflexos da sentença sobre terceiros. 1.080. momento de eficácia da sentença de mérito. 1.081. sentença condicional. 1.082. sentença condicional e sentença genérica, ou ilíquida. 1.083. sentenças dispositivas ou determinativas. 1.084. acórdãos de mérito (*supra*, n. 769). 1.085. estabilização dos efeitos das decisões de mérito: coisa julgada material.

1.064. sentença ou decisão de mérito

A sentença de mérito é o momento culminante da fase cognitiva do processo, correspondente ao processo de conhecimento da cultura tradicional dos povos cultos, ao qual os alemães dão o nome de *processo de sentença* justamente porque tem a finalidade específica de produzir a tutela jurisdicional mediante o *julgamento de pretensões* (*supra*, n. 923). *Julgar* é optar por uma solução, entre duas ou várias apresentadas ou postuladas, e o *mérito* a ser julgado é a pretensão trazida ao juiz em busca de satisfação

(objeto do processo – *supra*, nn. 558 ss.). O juiz, no exercício do poder estatal, julga com fundamento na capacidade de decidir imperativamente sobre interesses alheios. Esse julgamento é ordinariamente realizado ao fim da fase cognitiva, quando então o juiz profere uma *sentença*, que extingue essa fase (CPC, art. 203, § 1º); mas em casos especiais ele julga antecipadamente apenas uma parte da pretensão do demandante, fazendo-o por uma *decisão interlocutória* e portanto sem pôr fim à fase cognitiva do procedimento – e esse será o *juízo antecipado parcial do mérito*, disciplinado pelo art. 356 do Código de Processo Civil.

Ao decidir o mérito o juiz expressa em palavras escritas ou orais, conforme o caso, a sua opção pela pretensão que há de prevalecer – se a do autor à tutela pedida, se a do réu à solução inversa à pedida pelo autor *etc.*¹

O produto do processo de conhecimento, oferecido pela sentença ou decisão de mérito, é o *preceito concreto* que rege as relações entre os litigantes ou entre eles e o bem da vida sobre o qual controvertem, em associação com a *segurança jurídica* decorrente da estabilização de preceitos como esse (coisa julgada). O que distingue as sentenças de mérito das terminativas é a eficácia de *definir substancialmente a causa*, acolhendo ou rejeitando a pretensão que do mundo exterior fora trazida pelo demandante em busca de acolhimento e satisfação (*supra*, n. 764).

Na realidade, o que mais comumente ocorre no processo ou fase de conhecimento é que o juiz não decide somente a demanda do autor, mas as *demandas antagônicas* das partes. Ao ofertar contestação à demanda inicial, o réu apresenta também sua demanda, que ordinariamente consiste na pretensão à rejeição da demanda do autor (*supra*, n. 531).² O autor pediu a condenação do

1. Nesse contexto a partícula *etc.* inclui a demanda feita pelo réu em reconvenção, a do denunciante perante o denunciado, a do chamador em face do chamado ao processo, a de litisconsortes ativos ou passivos.

2. O que não ocorre quando o réu é revel ou, contestando, limita-se a oferecer defesa de natureza processual. Nesse último caso ele formula somente a pretensão a uma tutela jurisdicional *parcial*, consistente na extinção do processo (*supra*, n. 531).

réu a pagar e o réu pede a declaração de que nada deve (improcedência da demanda do autor) – eis as duas demandas antagônicas. A tutela jurisdicional será deferida, pela sentença de mérito, àquele cuja pretensão for acolhida pelo juiz (procedência ou improcedência da demanda inicial, ou *da ação* como se costuma dizer).

Conceitualmente só existe *juízo do mérito* quando realmente o juiz exerce o poder de optar entre pretensões divergentes (*supra*, n. 1.054). Tal é a primeira das hipóteses de julgamento do mérito elencadas pelo Código de Processo Civil – “haverá resolução de mérito quando o juiz (...) acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção” (art. 487, inc. I). Mas a essa hipótese o Código acresce outras, em que verdadeiramente o mérito não está sendo julgado – ou porque o juiz não exerce qualquer poder de optar substancialmente (não julga, apenas homologa), ou porque o julgamento que faz não diz respeito ao objeto do processo mas limita-se a negar que o autor tenha direito ao julgamento deste (*decadência*). Não obstante, como *legem habemus* o disposto nos incs. II e III, letras *a*, *b* e *c*, do art. 487 obriga o intérprete a considerar que, para fins legais, todas essas hipóteses incluídas como portadoras de um *juízo do mérito* devem ser tratadas como tais (incidência da coisa julgada material e rescindibilidade pela via da ação rescisória). Conceitualmente, *são falsos casos de julgamento do mérito* (*infra*, nn. 1.115 ss.).

1.065. sentenças e decisões interlocutórias de mérito – uma disciplina geral das decisões de mérito

O sistema brasileiro de direito processual civil apresenta as figuras da *sentença* de mérito (CPC, art. 203, § 1º) e da decisão *interlocutória* de mérito (art. 356). Ao aludir conjuntamente a ambas o vigente Código de Processo Civil emprega o vocábulo *decisão*, ali em seu significado amplo de *pronunciamento decisório*, abrangente de sentenças e decisões interlocutórias (art. 203, *caput*). Assim é no dispositivo de abertura para a ação rescisória, que alude à “*decisão de mérito* passada em julgado”, sendo o vocábulo *decisão* tomado nesse significado genérico (art. 966, *caput*); e assim também no art. 515, inc. I, ao incluir as “*decisões* proferidas no processo civil” entre títulos executivos judiciais. O vocábulo *decisões* está nesses textos no sentido de decisão *lato sensu*, expressan-

do a intenção de, em alguma medida, estabelecer regras comuns às sentenças de mérito e às decisões interlocutórias de mérito.

1.066. a tutela jurisdicional no processo civil de conhecimento

O resultado útil do processo civil de conhecimento é a tutela jurisdicional consistente em *julgar as pretensões* e com isso estabelecer em caráter definitivo o preceito a ser observado pelos litigantes em relação ao bem da vida sobre o qual controvertem.³ Variam os modos pelos quais esses julgamentos interferem na realidade da vida, como reflexo da variedade das *crises jurídicas* lamentadas por aquele que tomou a iniciativa de vir a juízo pedir a tutela jurisdicional. Há *crises de certeza*, debeláveis por um ato jurisdicional que torne certa a relação jurídica sobre a qual havia dúvida; há *crises de adimplemento*, a serem superadas por medidas capazes de oferecer ao credor o mesmo resultado que o devedor teria produzido, se adimplisse; há *crises das situações jurídicas*, que se eliminam instituindo entre os litigantes uma situação jurídica nova (*supra*, n. 68). E, como cada grupo de situações assim sintetizadas clama por soluções diferentes entre si, a ordem jurídico-processual institui técnicas diferentes para a oferta da tutela jurisdicional adequada. Essas técnicas são representadas pelas decisões *meramente declaratórias*, que põem fim à crise de certeza; pelas *condenatórias*, cujo efeito é instigar o obrigado a adimplir a obrigação, sob pena de suportar as medidas consistentes na execução forçada ou a cumprir o *mandamento*, sob pena de suportar mal maior (*infra*, n. 1.106); e pelas *constitutivas*, cujo efeito é a instituição de uma situação jurídica nova, diferente daquela lamentada pelo autor – criando uma relação jurídica antes inexistente entre os litigantes ou impondo a modificação ou extinção da que já existisse (*supra*, nn. 66 ss.).

3. Estabelecer o preceito a ser observado não significa criar a norma. A norma preexiste ao processo e o juiz simplesmente a *revela* na sentença, estando ele investido desse poder porque exerce a jurisdição. Nas sentenças constitutivas ele cria a situação jurídica nova mas não cria a norma que dá ao autor o direito a esse resultado (*supra*, n. 6).

É meramente declaratória a sentença que afirma (declara) a existência de relação de filiação entre o autor e o réu, na *ação de investigação de paternidade*. É condenatória a que se profere nas *ações de cobrança* ou de *indenização por ato ilícito etc.*; são condenatórias mandamentais as que impõem o cumprimento das obrigações *de fazer ou de não fazer* ou de entregar coisa certa (CPC, arts. 497-498); é constitutiva positiva a que outorga ao autor o direito de propriedade, nas *ações de adjudicação compulsória* de imóvel que fora objeto de promessa de compra e venda; são constitutivas negativas as de *anulação de contrato*, as de *divórcio*, as de *anulação de contrato*.

O direito positivo brasileiro abre caminho para a equiparação das decisões declaratórias positivas às condenatórias, na medida em que indica aquelas como título executivo judicial (art. 515, inc. I). A evolução dessa ideia, ainda relativamente nova na ordem jurídica e na mente dos estudiosos, no futuro poderá talvez conduzir à eliminação da figura da decisão condenatória, cuja função vai sendo absorvida pela meramente declaratória.

Vê-se em prestigiosa doutrina uma exposição simétrica dos *resultados* das diversas espécies de processos, segundo a qual o da execução forçada é a entrega do bem,⁴ o do processo cautelar a preservação de situações e o do processo de conhecimento, a *coisa julgada* (Carnelutti). Sabe-se que esta não é um efeito da sentença, senão a *imunidade* dos efeitos desta a questionamentos futuros (Liebman), mas a *segurança jurídica* que oferece ao vencedor da causa é realmente um resultado do exercício da jurisdição em sede cognitiva, responsável pela estabilização dos efeitos substanciais das decisões de mérito em geral (*infra*, n. 1.148).

A descoberta e identificação dos efeitos substanciais de cada sentença ou decisão de mérito, ou seja, da tutela jurisdicional ou resultado prático que ela seja apta oferecer a um dos litigantes, dependem sempre de um labor de *interpretação*, que será muito simples e fácil em relação a uma sentença bem redigida e sem contradições, mas tanto mais árduo quanto mais complexa sejam a causa ou seus fundamentos, ou maiores os defeitos contidos em sua redação. No conflito entre sua parte dispositiva e a motivação prevalece aquela e não esta, porque é lá que se contém o preceito

4. Melhor falar na *satisfação do credor*, que é o resultado externo do processo executivo. A entrega é mero ato processual.

imperativo a ser observado pelas partes; mas nem sempre o dispositivo é muito claro e isso pode abrir caminho à utilidade dos fundamentos como indicadores de seu significado e da dimensão da tutela concedida (*interpretação contextual da sentença – infra*, n. 1.450). O tema da interpretação sentencial é muito pouco versado em doutrina mas sua relevância é muito grande e algumas regras podem ser com segurança estabelecidas, quer mediante aproveitamento das que tradicionalmente regem a interpretação das leis, quer em decorrência de peculiaridades desses atos estatais diferenciados, que são as sentenças e demais pronunciamentos judiciais.

1.067. momentos adequados para o julgamento do mérito

No sistema do Código de Processo Civil de 1939 o julgamento do mérito era permitido exclusivamente ao cabo da audiência de instrução e julgamento, realizada ao fim do procedimento e depois de percorridas todas as fases deste. Sequer se cogitava de algo semelhante ao *julgamento antecipado do mérito*, que veio a ser introduzido na ordem processual brasileira pelo Código de 1973 (art. 330). Dizia-se enfaticamente que *a audiência é o palco da oralidade* e, por isso, sem sua realização seria inadmissível decidir o mérito da causa.

Veio então o Código de 1973, que introduziu o chamado *julgamento conforme o estado do processo*, a ser realizado depois de definido o litígio pelo exaurimento das postulações das partes (petição inicial, contestação *etc.*) e consistente, conforme o caso, na realização de providências preliminares, no saneamento do processo ou no *julgamento antecipado do mérito* (CPC-73, arts. 329 ss.). Tornou-se com isso admissível a prolação do julgamento deste quando estivessem presentes os requisitos (CPC-73, art. 330, incs. I-II), sem se percorrer a fase instrutória e sem chegar-se até à audiência. Já seriam *dois*, portanto, e não somente um, os momentos adequados para o julgamento do mérito.

Mais tarde uma das leis da *Reforma* trouxe ao Código de Processo Civil de 1973 um dispositivo autorizando também o julga-

mento *de meritis*, exclusivamente pela *improcedência* da demanda inicial, já no momento de despachar a petição inicial e portanto sem que o réu houvesse sequer chegado a ser citado. Disse o art. 285-A, ali introduzido: “quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada” (art. 285-A). Passaram com isso a ser *três* os momentos adequados para o julgamento do mérito.

O Código vigente não só reproduziu tal dispositivo (CPC-15, art. 332), como ainda trouxe mais uma alternativa para o julgamento do *meritum causae*, consistente no *julgamento antecipado parcial do mérito* (art. 356). Os momentos para decidir sobre este continuam a ser três, mas com uma alternativa inovadora consistente em decidir *parte da causa* já na fase do julgamento conforme o estado do processo, deixando outra parte para depois ou seja, para depois de realizada toda a instrução necessária. Dispõe o art. 356 do novo Código de Processo Civil que “o juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles mostrar-se incontroverso ou estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 355”. Dos *capítulos* necessários à sentença em virtude da pluralidade de pretensões a serem objeto de decisão (pedidos cumulados, reconvenção *etc.*), algum ou alguns são proferidos desde logo e os demais, depois. O ato portador do julgamento antecipado parcial do mérito não é uma *sentença*, porque não põe fim à fase cognitiva do processo (CPC, art. 203, § 1º), mas uma *decisão interlocutória* (art. 203, § 2º). Está sujeita ao recurso de *agravo de instrumento* e não ao de apelação (art. 1.015, inc. II).

O julgamento parcial do mérito já era praticado em sede arbitral muito antes da promulgação do novo Código de Processo Civil, embora sem uma expressa autorização legal. Depois disso, ainda no ano de 2015 uma lei de reforma à Lei de Arbitragem incluiu nesta uma expressa disposição a esse respeito (“os árbitros poderão proferir sentenças parciais” – LA, art. 23, § 1º, red. lei n. 13.129, de 26.5.15, art. 2º).

1.068. estrutura lógico-substancial das decisões de mérito

Toda decisão *de meritis* contém a declaração de existência ou inexistência de um direito e correspectiva obrigação. Em sentido amplo, declarar é afirmar ou negar. Quem declara *faz saber* a outros o que pensa acerca de um fato, de uma qualidade ou de uma situação jurídica (Carnelutti). A diferença entre a declaração do homem comum e a do Estado-juiz é que a deste vem dotada de *imperatividade*, ou seja, da capacidade de impor-se, enquanto que a daquele tem caráter puramente opinativo (Vidigal); a imperatividade das declarações judiciais é manifestação do poder estatal exercido pelo juiz.

Também o *árbitro* decide imperativamente embora a fonte do poder de fazê-lo sejam as vontades convergentes das partes, expressas em uma convenção arbitral, e não o *imperium* de que são dotados os juizes estatais.

A declaração de existência ou inexistência do direito é um efeito *substancial* de toda decisão de mérito, porque se destina a projetar-se para fora do processo e incidir sobre a vida comum dos litigantes, em suas relações. Ao afirmar em sentença que uma pretensão é boa, porque apoiada pelos fatos provados e conforme com o direito, ou que ela colide com os fatos ou com a ordem jurídica, o juiz está revelando uma norma que não opera em relação ao processo, mas ao mundo exterior.

Há sentenças ou decisões de mérito cujo único efeito substancial é a declaração da existência ou inexistência de relações jurídicas, direitos e obrigações (daí, serem *meramente* declaratórias); e há as que, além dessa declaração, contêm algum outro elemento que também se projeta para fora do processo e interferirá na vida dos litigantes. Trata-se das sentenças ou decisões interlocutórias *constitutivas* e das *condenatórias* de todas as espécies (*infra*, nn. 1.095 ss.), cada uma delas portadora de uma eficácia substancial que a difere das outras e sendo todas estruturalmente diferentes da sentença meramente declaratória.

A elaboração das espécies de sentenças ou decisões de mérito apoia-se portanto na diferença existente entre a eficácia substan-

cial da qual cada uma delas é portadora. O segundo momento lógico das sentenças *constitutivas* consiste na implantação de uma situação jurídica nova – quer mediante a criação de uma relação jurídica antes inexistente, quer pela modificação ou extinção da que existia. O da *condenatória* é a criação de um título que autorizará a imposição do poder estatal para a satisfação do direito cuja existência está afirmada em seu primeiro momento lógico (cumprimento de sentença – sendo que nas condenatórias de cunho *mandamental* o momento sancionador inclui ainda um comando, ou *mandamento* a ser obedecido sob pena de o juiz impor sanções e, por seus próprios meios, produzir a realização do resultado estabelecido no preceito). Assim sintetizadas, as diversas espécies de sentenças de mérito são dotadas de estruturas substanciais diferentes porque, enquanto as meramente declaratórias só apresentam um momento lógico (o da declaração), as demais contêm esse e mais um elemento.

O tema da estrutura lógico-substancial da sentença de mérito não se confunde com o da *estrutura formal* das sentenças em geral, que diz respeito à sentença como ato do procedimento (relatório, motivação, decisão) e impõe-se tanto às de mérito quanto às terminativas (CPC, art. 489 – *infra*, n. 1.440).

Todas as decisões de mérito são suscetíveis de conter na parte dispositiva mais de um núcleo decisório, repartindo-se pois em capítulos. São *capítulos de sentença* as partes em que ideologicamente se decompõe o decisório de uma sentença, decisão interlocutória ou acórdão, cada uma delas contendo o julgamento de uma pretensão distinta ou de uma parte da pretensão deduzida pelo autor. O elegante e riquíssimo tema dos *capítulos de sentença*, ainda pouco assimilado pela jurisprudência brasileira, é um fator de grande utilidade para a solução de muitos problemas relativos aos recursos, à nulidade da sentença, à liquidação desta, aos embargos do executado, à impugnação do cumprimento de sentença *etc.* (*infra*, n. 1.445). O vigente Código de Processo Civil, certamente atento aos conceitos e sugestões vindos da doutrina, utiliza-se do conceito de *capítulos de sentença* em ao menos cinco dispositivos, como antes jamais fora feito por Código algum (art. 966, § 3º, art. 1.009, § 3º, art. 1.013, § 1º, art. 1.014, § 5º, e art. 1.034).

1.069. a motivação das sentenças ou decisões interlocutórias de mérito (supra, n. 131)

Como toda decisão judiciária, as de mérito devem ser suficientemente motivadas, reputando-se politicamente ilegítimas as que não o forem, porque contrariam o ideal de segurança inerente ao devido processo legal; e são formalmente inválidas por desatenderem a precisas exigências contidas na Constituição e na lei (*supra*, n. 131). A *inteireza da motivação*, que constitui uma exigência geral no direito processual moderno (Taruffo), no tocante às decisões de mérito consiste no exame exaustivo de todos os pontos e questões dos quais dependam as conclusões do juiz – quer referentes aos capítulos em que se decide sobre os pressupostos do julgamento do mérito, quer relacionados com o próprio *meritum causæ*. Cada um dos capítulos em que se divide a parte decisória, ou conclusiva, deve ser precedido e amparado por uma motivação suficiente.

Seja no exame dos pressupostos do julgamento do mérito, seja do mérito em si mesmo, é dever do juiz explicitar os motivos de suas conclusões, reportando-se à prova dos autos (CPC, art. 371), ao modo como o litígio foi posto, aos conceitos jurídicos armazenados em sua cultura, às normas contidas na lei *etc.* Se faltar um dos pressupostos da sentença de mérito ele proferirá sentença terminativa, dizendo claramente os *porquês*. Se concluir que todos estão presentes, também nesse caso o juiz dará as razões pelas quais repele as preliminares e passará a motivar o julgamento da causa.

Mas o Código dilui a exigência constitucional da motivação das decisões judiciárias ao estabelecer que no julgamento da apelação “se o processo estiver em condições de imediato julgamento, o tribunal deve decidir desde logo o mérito quando (...) decretar a nulidade de sentença por falta de fundamentação” (art. 1.013, § 3º, inc. IV). Esse dispositivo seria compatível com o disposto no art. 93, inc. IX, da Constituição Federal?

1.070. pressupostos da sentença de mérito e a extinção do processo civil (supra, nn. 1.001 ss.)

A pronúncia de sentença de mérito é o modo normal e ordinário de pôr fim às atividades inerentes ao processo ou à fase